

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Possibilidades e perspectivas com base no turismo

Marcos Aurélio T. da SILVEIRA¹

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento sob a perspectiva da sustentabilidade. Aponta o turismo como uma atividade viável à implementação do desenvolvimento sustentável. Há grande variedade de trabalhos científicos efetuados por organismos tais como a OMT (Organização Mundial do Turismo) e por especialistas apontando os aspectos favoráveis à prática do turismo sustentável, em especial o ecoturismo. Se o governo, seja no nível federal ou regional, criar e respeitar políticas territoriais específicas concernentes à prática do turismo sustentável, muitas serão as oportunidades para o Brasil de buscar o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; sustentabilidade; turismo; perspectivas para o Brasil.

ABSTRACT

This work focus on the possibilities of development under sustainable practices. It is possible to point out tourism as a feasible activity towards development sustainable. There is an enormous variety of scientific works held by organizations, such as WTO (World Tourism Organization) and high skilled personnel who are all in favour of a sustainable tourism practice perspective, in special the ecotourism. If the government, at both federal and regional levels, respected proper territorial policies concerning the practice of sustainable tourism, there would be many opportunities for the Brazil to search the regional development.

Key-words: Regional development; sustainable practices; tourism; perspectives to Brazil.

¹ Professor Assistente - Departamento de Geografia/UFPR.

INTRODUÇÃO: GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Hoje, mais do que nunca, o grande desafio para os países dependentes ou periféricos como o Brasil, continua sendo a conquista de melhores indicadores de desenvolvimento social.² Todavia, diferentemente de períodos anteriores, no mundo atual para promover seu desenvolvimento um país tem que enfrentar novos ou, talvez, renovados desafios. Entre esses desafios, destacamos a reestruturação econômica mundial, também chamada de "globalização",³ e a problemática ambiental. A globalização constitui um desafio a ser enfrentado na medida que se impõe como um processo hegemônico comandado por corporações privadas de caráter transnacional e por nações economicamente dominantes, e seus impactos sobre as sociedades nacionais tanto podem ser positivos, quanto negativos. Podemos mencionar entre as características positivas da globalização o fortalecimento dos direitos

² O uso da expressão "desenvolvimento social" é proposital para se contrapor à visão economicista que ainda impera em grande parte das abordagens sobre a concepção de desenvolvimento. A esse respeito é interessante a colocação de SOUZA (1997, p. 13-35), para quem "faz-se mister sublinhar que, ao contrário do que frequentemente se imagina, o conceito de desenvolvimento não é unívoco, e muito menos se esgota na ideia de desenvolvimento econômico. A rigor, o desenvolvimento econômico resume-se a uma conjugação de crescimento (expresso através do incremento do PIB, do PNB ou da renda nacional per capita) com modernização tecnológica. Ele abrange, portanto, um aspecto meramente quantitativo, mas o ultrapassa, pois compreende também o aspecto qualitativo que é a crescente complexidade da estrutura da economia e da estrutura da sociedade, traduzidas pelo efeito multiplicador dos indicadores econômicos e pela melhor qualidade de vida da sociedade em todas as suas dimensões. O desenvolvimento deve concernir a meios e não a fins". (p. 14) Cabe ressaltar aqui, também, o conceito de desenvolvimento adotado atualmente pela ONU, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que leva em conta indicadores econômicos, sociais e de qualidade de vida para medir a situação de um país ou região.

³ NOGUEIRA (1997) faz uma discussão sobre os mitos que cercam o fenômeno atual de internacionalização da economia, e destaca o caráter ideológico e superficial que, na maioria das vezes, tem acompanhado o discurso da "globalização". Nossa pretensão não é enunciar aqui uma definição consensual do que é a globalização, pois muito tem se escrito e discutido sobre o assunto. A propósito da definição de globalização, citamos Delfino: "Para definir o quadro dentro do qual funcionam os mercados mundiais após os anos 80, tem-se empregado, sobretudo, o termo "globalização". A palavra, que vem do inglês, aparece nos anos 80 nos Estados Unidos e no Japão e exprime as novas formas de uma mundialização nascida das sinergias entre três grupos de processos: a desregulamentação empreendida pelos Estados em nome do liberalismo econômico e do abaixamento das barreiras tarifárias; uma ampliação do campo de atuação das grandes empresas no mundo todo, enquanto exacerbava-se a concorrência entre grupos oligopolísticos, mercados, sobretudo, pelo primado das estratégias financeiras sobre as estratégias produtivas; a utilização generalizada da telemática, que permite a colocação de sistemas de informação com diferentes performances, de modo instantâneo, no que refere-se ao tratamento dos dados" (1995, p. 275)

humanos em nível mundial, a circulação global de idéias e informações e o progresso no tratamento da problemática ambiental. Entre as características negativas destacamos o impacto destrutivo dos capitais especulativos, o incremento do desemprego estrutural, a promoção do consumismo capitalista e o avanço do processo de "dualização" das sociedades nacionais através da exclusão social de parcelas crescentes da população.

Assim, nesse contexto das relações econômicas globalizadas onde a palavra de ordem é a competitividade e onde os principais atores não são países mas corporações multinacionais – atores econômicos com estratégia global –, a busca do desenvolvimento é uma tarefa que exige determinação e visão estratégica do futuro. Aqueles países e regiões que não tiverem uma estratégia política, econômica e científico-tecnológica de inserção no processo de "globalização", muito pouco ou quase nada irão conseguir em termos de ganhos econômicos e geração de riquezas, comprometendo seriamente as perspectivas de desenvolvimento social. O impacto sobre as perspectivas de desenvolvimento da sociedade brasileira, por exemplo, ainda é motivo de controvérsias e incertezas, e depende muito de como o país vai completar sua inserção no processo de globalização.

A questão ambiental é o segundo desafio a se enfrentar, na medida em que ela assume proporções cada vez mais preocupantes e que coloca restrições ao crescimento econômico. São visíveis os sinais de esgotamento dos recursos naturais e de agravamento dos problemas ambientais em todas as escalas geográficas que ameaçam a integridade deste grande sistema ecológico que é a ecossfera. É a desertificação, a poluição dos solos, do ar e da água, a perda da biodiversidade, as mudanças climáticas e diminuição da camada de ozônio da estratosfera. São sinais que indicam, de um lado, que o planeta Terra corre perigo e que sua capacidade de suporte é limitada, e, de outro, que vivemos uma crise "ambiental" que é, a um só tempo, generalizada e global. É a crise do modelo de crescimento econômico predatório, baseado no uso ilimitado dos recursos naturais.

Junto disso, a situação de pobreza em que se encontra a maior parte da população mundial revela que o estilo de desenvolvimento atual é também insustentável do ponto de vista social (falta de acesso à educação, à saúde e à água tratada) e humano (fome, desnutrição). Daí o reconhecimento da indissociabilidade entre meio ambiente e desenvolvimento, entre preservação da natureza e melhoria das condições de vida das sociedades que vivem na pobreza. Dito de outro modo, a crise "ambiental" colocou em cheque o próprio modelo de desenvol-

vimento até agora vigente, isto é, o desenvolvimento calcado na exploração predatória e irracional dos recursos naturais e moldado em relações sociais de produção injustas e excludentes.

O questionamento acerca desse modelo aponta para a necessidade de se buscar um outro desenvolvimento, que seja mais racional, mais eficiente, mais harmônico social e ambientalmente falando. Surge, então, a formulação do que passou a se denominar de *desenvolvimento sustentável*⁴ ou *durável*, o qual se propõe a nada menos do que resgatar uma racionalização completa, o que inclui o respeito aos próprios limites da razão, buscando um equilíbrio entre as diferentes lógicas do social, do econômico e do ecológico. Nas palavras de Sachs, "o ecodesenvolvimento, rebatizado recentemente de durável ou viável (porque não se pode falar simplesmente de desenvolvimento sem explicitar o caráter multidimensional deste termo, não é mesmo?) deve ter um enfoque que responda a três critérios fundamentais: no nível das finalidades, a primazia da equidade social tendo como centro a pessoa humana, o desenvolvimento de cada um e de todos, tomando de empréstimo a fórmula de François Perroux. Em outras palavras, a subordinação do processo de desenvolvimento ao postulado da solidariedade sincrônica com todos os passageiros da nave-Terra. No nível das modalidades, o respeito às regras e a prudência ecológica, que responde a um outro postulado ético, que é aquele da solidariedade diacrônica com as futuras gerações... No plano instrumental, o desenvolvimento deve possuir a eficácia econômica, que constitui a pedra angular da praxeologia" (1995, p.14). Dito de outro modo, o desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento, que podem ser entendidos enquanto sinônimos, quer um desenvolvimento com eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social.

Todavia, malgrado o fato de o desenvolvimento sustentável ser um conceito que vem sendo amplamente utilizado por segmentos sociais diversificados e por organizações governamentais e não-governamentais, a sua consecução na prática ainda é um desafio para sociedades e governos, seja em escala mundial, seja em escala nacional e/ou regional. Em países que convivem com fortes disparidades de

⁴ Segundo o Relatório Brundtland, publicado em 1987, o desenvolvimento sustentável (ou durável) é aquele que deve atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às delas. Na realidade, a expressão desenvolvimento sustentável é motivo de muita polêmica, visto que o mesmo é abordado a partir de pressupostos conflitantes e contraditórios como, por exemplo, evocar a ideia de crescimento econômico. Além disso, ainda é um conceito meramente normativo e teórico, apresentando grandes dificuldades quanto à sua aplicação na prática.

desenvolvimento regional, como é o caso do Brasil, uma das questões mais relevantes passa a ser a identificação de potencialidades de crescimento econômico em bases sustentáveis. Sendo assim, objetivamos discutir neste trabalho a problemática do desenvolvimento e da sustentabilidade, procurando vislumbrar algumas alternativas de crescimento das economias regionais através da exploração de suas potencialidades turísticas.

Diversos estudos e pesquisas têm mostrado que o turismo foi um dos setores econômicos que mais cresceram em todo o mundo, nas últimas três décadas, gerando lucros, divisas e empregos. E as tendências de crescimento para o setor apontam para a expansão de novas modalidades de turismo, especialmente o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo rural. São práticas turísticas que possuem uma estreita relação com o meio ambiente natural e humanizado, e que dependem, portanto, da preservação e da conservação deste. Assim, se o turismo vai continuar crescendo, tal como ocorre atualmente, esse crescimento deverá estar em grande parte fundamentado em indicadores de qualidade ambiental, e direcionado para a exploração de recursos naturais disponíveis em determinadas regiões do planeta. É o caso aqui da Região Amazônica, onde as vantagens comparativas (recursos florestais, clima, hidrografia etc.) representam um aspecto positivo para o incremento do ecoturismo. Enfim, a proposta do trabalho é discutir a viabilidade e os desafios do desenvolvimento turístico em bases sustentáveis e sua contribuição ao desenvolvimento socioeconômico e à conservação do patrimônio natural e cultural no espaço brasileiro.

TENDÊNCIAS PARA O CRESCIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

No atual contexto de reestruturação da economia global, o turismo⁵ vem adquirindo uma importância crescente, sendo considerado um setor que apresenta grande capacidade de expansão. Segundo estimativas da Organização Mundial do Turismo (OMT), 595 milhões de

⁵ A discussão a respeito da definição de turismo já vem da longa data devido o caráter multifacetado deste fenômeno, ou seja, seu caráter econômico, social, espacial, cultural, etc. De nossa parte adotamos aqui a definição proposta pelo geógrafo francês MICHAUD (1983, p. 16) que atende aos critérios da OMT. Para MICHAUD, "o turismo agrupa o conjunto de atividades de produção e consumo que caracterizam determinados deslocamentos onde se passa ao menos uma noite fora do lugar de residência habitual, com fins de ócio, negócios, saúde (termalismo, talassoterapia) ou a participação em uma reunião profissional, desportiva ou religiosa".

turistas estiveram viajando pelo mundo em 1996, e a previsão é de que este número salte para 1,6 bilhão em 2020, conforme pode ser observado na tabela 1 e gráfico 1. Já o ingresso do setor em nível mundial passou de 2,1 milhões de dólares em 1950 para 534 milhões de dólares em 1996 (tabela 2 e gráfico 2); a contribuição para a economia mundial foi de 3,5 trilhões de US\$ em 1996 e o número de pessoas empregadas em atividades ligadas ao turismo e às viagens – que atualmente supera a marca dos 230 milhões – atingirá em 2010 nada menos que 328 milhões.

Tabela 1 - Movimento de turistas no mundo

número de turistas/ano (em milhões)	
1950	25
1960	70
1970	165
1980	285
1990	445
1996	595
2020 (est.)	1600

Fonte: OMT-1996.

Gráfico 1 – Número de turistas (em milhões)

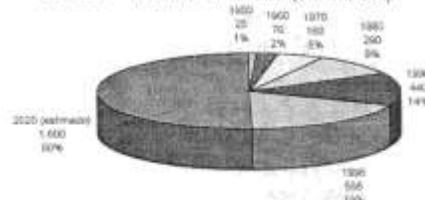
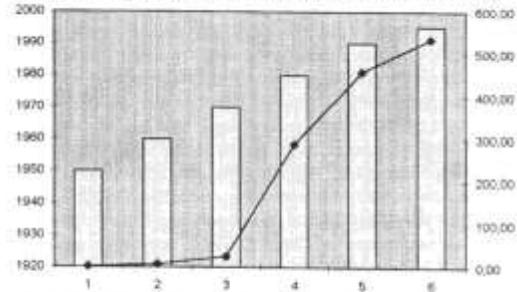


Tabela 2 – Ingresso mundial de turistas

Ano	Ingresso mundial de turistas (em milhões de US\$)
1950	2,1
1960	6,9
1970	25,0
1980	288,0
1990	458,0
1996	534,0

Fonte: OMT - 1996

Gráfico 2 – Ingresso mundial de turistas (em milhões de US\$)



Fonte: OMT (inclui transporte internacional)

Esses números impressionam pelo volume, e podem ser até questionados dado seu caráter meramente quantitativo. Além disso, o modo como e onde ocorrerá o maior crescimento dos serviços e da demanda turística mundial tem suscitado muitas controvérsias entre os estudiosos do fenômeno. Para alguns estudiosos como ASCHER (1984) e CAZES (1989; 1996), o crescimento do turismo obedece à mesma lógica que determina a própria economia capitalista global, com algumas corporações transnacionais dominando grande parcela dos serviços que compõem o "sistema turístico internacional"⁸ como, por exemplo, as cadeias hoteleiras, as companhias de transporte e as operadoras de viagens, entre outras. Quanto à demanda, esses autores afirmam que principalmente os países com elevado nível de desenvolvimento são emissores de turistas, pois as condições econômicas internas desses países, a estrutura produtiva de suas sociedades – salários mais elevados, disponibilidade de tempo livre remunerado etc. – e a existência de uma indústria turística bem organizada em termos de *marketing*, uso de tecnologias e gestão empresarial, são fatores determinantes.

⁸ Em sua obra *Les Nouvelles Colonies des Vacances? le tourisme international à la conquête du Tiers-Monde*, CAZES (1986) apresenta um estudo crítico e exaustivo sobre o turismo internacional, mostrando como se organiza e funciona o que ele define como "Sistema Turístico Internacional", um sistema onde os principais atores são as empresas de transportes (aéreo, ferroviário e rodoviário), as redes de hotéis, os clubes de férias, os operadores e agentes de viagens, os organismos multilaterais de financiamento (Banco Mundial, BIRD, etc.). Para CAZES, a demanda turística internacional, os países emissores e os países receptores, assim como as chamadas políticas de turismo, são cada vez mais controladas por esse "sistema de atores".

Na opinião de CAZES, as tendências de mundialização dos fluxos e dos territórios turísticos constituem uma face da dominação política, cultural e, principalmente, econômica dos países desenvolvidos sobre os países periféricos ou dependentes. Nas palavras do autor, "a primeira evolução de grande significado que decorre da expansão mundial do fenômeno turístico é de ordem funcional: ela está em vias de transformar o esquema precedente de articulação dos atores e operadores turísticos nos países do Sul, agravando, desse ponto de vista e neste quadro, a situação de dependência em relação ao mundo desenvolvido... A segunda grande evolução marca a concentração geopolítica do fato turístico representada pelos acordos bilaterais de cooperação entre países emissores e receptores e pela concentração espacial do turismo em algumas zonas do globo, as quais denominamos de "grandes bacias de recepção do turismo internacional" (CAZES, 1996, p.82).

Reconhecendo a validade da análise crítica que CAZES faz, o fato é que parece irreversível a tendência de expansão do fenômeno turístico em escala mundial. Ressaltamos aqui o emergente turismo interno ou doméstico que ocorre em alguns países em desenvolvimento, como Brasil, Marrocos, Argentina, México e tantos outros, e que refletem as próprias características das sociedades e da economia desses países. Diversos estudos de caso feitos por pesquisadores a respeito do turismo nacional ou interno demonstram que, apesar das diferenças em comparação com os países ricos, muitos países em desenvolvimento possuem um "mercado turístico" dinâmico (BERRIANE, 1993). PEARCE (1988), um respeitado estudioso da Geografia do Turismo,⁷ chama a atenção para o fato do crescimento interno do turismo, tanto em países ricos quanto nos países em desenvolvimento.

Na realidade, as tendências de expansão do turismo que se verificam hoje nada mais são do que o resultado de uma mundialização contínua dos fluxos através da incorporação de novos países emissores e de novos países receptores, conforme pode ser observado no esquema a seguir.

⁷ Vale a pena chamar atenção aqui para a expressiva contribuição da ciência geográfica ao estudo do turismo. Desde o século 19 os geógrafos já faziam referências ao turismo enquanto um fator de transformação da paisagem urbana e rural, mas é sobretudo a partir dos anos 50 deste século que o fenômeno passa a ser considerado um objeto de estudo geográfico por seu papel na organização, na transformação e na produção do espaço. De lá para cá, muitos estudos e pesquisas foram feitos, principalmente nos países europeus. GÓMEZ (1988), em seu livro *Aproximación Histórica de la Geografía del Ocio*, nos apresenta uma aprofundada análise de como ocorreu a evolução da chamada Geografia do Turismo. Atualmente são muitos os geógrafos que se ocupam da abordagem do espaço turístico, inclusive no Brasil.



Como se vê, o processo de expansão do turismo ocorre no tempo e no espaço e, o que é mais significativo, os destinos turísticos emergentes são aqueles onde a natureza e as culturas locais são o verdadeiro motivo de atração do turista e constituem, também, um vasto estoque de recursos a serem explorados pela indústria do turismo. Aqui cabe destacar as mudanças que nas duas últimas décadas se verificaram no gosto e na percepção da demanda turística em direção a uma maior valorização do "verde" ou dos aspectos ecológicos e, simultaneamente, o aparecimento de novas formas de turismo como o turismo de aventura, o turismo rural, o turismo natural, o ecoturismo, o turismo ambiental, enfim, tipos de turismo que são agrupados sob o rótulo de "alternativos".

Considerando que a indústria do turismo, denominada por muitos como uma "indústria sem chaminés", mas que também provoca impactos negativos no modo de vida das populações nativas e degradação ambiental nos diversos locais onde a atividade turística ocorre, a busca do equilíbrio entre turismo e meio ambiente é, sem dúvida, uma grande mudança de perspectiva.⁸ De qualquer maneira, essas novas

⁸ Diversos estudos denunciam os impactos negativos da atividade turística tanto no meio natural (poluição de rios e praias, acúmulo de lixo, destruição da vegetação e do solo, etc), quanto no meio cultural e social (influências na cultura local, na economia e no modo de vida das populações nativas). KRIPPENDORF (1977) em seu livro *Les devoteurs des Paysages* mostra como o turismo pode provocar efeitos nefastos sobre o meio ambiente e sobre as populações locais. Em outra obra, MATTHIESON e HALL (1982) apontam os impactos econômicos, físicos e sociais do turismo. Portanto, a atividade turística não teria tido uma relação muito saudável com o meio ambiente, particularmente o chamado turismo de massas.

formas de turismo são, em princípio, consideradas ecologicamente corretas, visto que buscam uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente, propugnando um "novo turismo", em oposição ao turismo de massas. Como escreve CAVACO, "a concentração da demanda e a homogeneização da oferta turística fez sentir a necessidade de formas alternativas e diferentes de turismo, mais harmoniosas nos seus aspectos naturais, sociais e locais: contatos e partilha de experiências e saberes entre visitantes e populações autóctones. Perante os custos ambientais e sociais do turismo de massas, convencional, gregário, próprio de uma sociedade de consumo, 'organizado industrialmente', afirmam-se procura diferenciadas, novas, responsáveis e sustentáveis, seletivas em termos económicos e em valores e comportamentos pessoais, seja no próprio país seja em regiões mais distantes, desenhando talvez o turismo do futuro, isto é, mais integrado culturalmente e ambientalmente" (1996, p.104).

Na verdade, analisando-se como se deu o aparecimento dessas novas formas de turismo, constata-se que há uma estreita relação com a questão ambiental, cuja força aumentou a partir dos anos 80. Os estudos da relação turismo/meio ambiente argumentam que a degradação da qualidade ambiental dos destinos turísticos, combinada com a emergência do ambientalismo e da consciência "verde", especialmente da metade para o fim da década de 1980, resultou na reavaliação do papel e do valor atribuídos ao turismo nas áreas "turistificadas". Tornou-se do conhecimento de muitos estudiosos, empresários e governos, que o turismo não poderia mais continuar a crescer de forma a prejudicar as populações nativas e o meio ambiente, sendo necessário que fossem melhor avaliados os principais impactos decorrentes desta atividade.

Essa mudança de perspectiva em relação às populações locais e ao meio ambiente, assim como a preocupação com sua proteção e conservação, passou a influir a prática turística principalmente a partir do início dos anos 90, quando a própria Organização Mundial do Turismo (OMT) assumiu uma postura mais ambientalista ao adotar os princípios e recomendações contidos na *Agenda 21* e na *Carta da Terra*, dois dos principais documentos aprovados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, a Eco 92. A indústria de viagens e turismo foi apontada, aliás, como um dos setores que poderiam contribuir significativamente para tornar o planeta ambientalmente sustentável.

De acordo com a OMT (1995), a Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo tem como principais destinatários os governos, os empresários do setor e os educadores, pois estes têm uma importante influência na indústria turística, tanto em nível nacional como regional. O fato é que, apesar da retórica dos governantes dos países presentes na Rio 92 e das promessas não cumpridas, a questão da sustentabilidade conquistou um assento definitivo na agenda política internacional,⁹ e a implementação de práticas turísticas sustentáveis tornou-se um negócio atrativo para governos nos níveis nacional, regional e local. Tanto é verdade que essa perspectiva internacional de sustentabilidade passa a orientar todos os projetos de desenvolvimento do turismo propostos pela OMT, conforme aparece em vários documentos elaborados a partir de então, como por exemplo o manual intitulado "Desenvolvimento do Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais" (OMT, 1993), e a "Declaração sobre Turismo e Desenvolvimento" (SHACKLEFORD, 1995, p.16). São documentos que contêm um conjunto de princípios, diretrizes e metodologias destinados a promover o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.

Segundo a OMT, o turismo sustentável está fundamentado nos princípios do desenvolvimento sustentável defendidos pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e por outros organismos governamentais e não-governamentais devendo, portanto, atender às exigências da sustentabilidade ao ser desenvolvido em qualquer localidade ou região do planeta. "A proteção do ambiente e o desenvolvimento da atividade turística de sucesso são inseparáveis...O turismo tem de ser ambientalmente sustentável antes de o ser economicamente viável... O turismo ambientalmente sustentável demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para o bem-estar econômico e social das comunidades e pode ajudar a preservá-los... O turismo sustentável supervisiona, avalia e gere os impactos no meio ambiente, e é planejado de forma integrada de modo a trazer benefícios econômicos e sociais e evitar efeitos negativos." (OMT, 1995, p.13)

⁹ Segundo alguns estudiosos, como VIOLA (1997), a discussão sobre os problemas ambientais globais (destruição da camada de ozônio, mudanças climáticas, perda da biodiversidade, contaminação química e radioativa do solo, água e ar, epidemias etc.) e a perspectiva do desenvolvimento sustentável constituem-se, hoje, num dos eixos das relações internacionais, estimulando esforços institucionais na direção da governabilidade do ecossistema planetário. Viola faz referência ao ambientalismo como força transnacional que atua em várias frentes na tentativa de interferir nas políticas de organismos multilaterais como o BIRD e OMC, ou mundiais como a ONU.

Diversas iniciativas foram desencadeadas por organismos governamentais e pelo setor privado, principalmente na Europa e nos EUA, que passaram a adotar essas recomendações da OMT no sentido de buscar o equilíbrio entre turismo e meio ambiente. Com os mesmos propósitos, surgiu um grande número de organizações não-governamentais determinadas a contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável, como a *The Ecotourism Society*, *The Centre for Responsible Tourism*, *Tourism Concern*, *A/EST* e outras. No Brasil há diversas associações regionais e locais que defendem um turismo de caráter mais ambientalista, como a BIOMA, a ECOBRASIL, o IEB (Instituto de Ecoturismo do Brasil) e outras organizações voltadas para o incentivo do chamado Ecoturismo.

Todavia, apesar de os princípios de sustentabilidade serem difundidos em muitos países e regiões, e o turismo sustentável ser visto como uma alternativa desejável às muitas práticas turísticas predatórias existentes, a aplicação desses princípios na realidade prática ainda é um desafio. Alguns estudiosos vão mais além, criticando esses princípios pelo seu caráter vago e pela sua ineficácia em produzir uma melhoria concreta na relação turismo/meio ambiente. FIGRAM afirma: "o turismo sustentável tem o potencial de se tornar uma expressão tangível no desenvolvimento turístico. Entretanto, ainda corre o risco de permanecer irrelevante e inerte como uma opção política que seja atraente para o mundo real do turismo, à medida que não ocorre a transferência efetiva das idéias para a ação" (1995).

A perspectiva que defendemos aqui nos leva a concordar com essa posição, visto que a implementação de práticas sustentáveis em matéria de turismo ainda encontra, de um lado, dificuldades técnico-operacionais no processo de gestão como, por exemplo, a falta de técnicos especializados no planejamento e gestão do ecoturismo e a falta de mecanismos eficientes para monitorar e controlar as atividades turísticas nas áreas de proteção ambiental (parques, unidades de conservação e outras). Como bem observa BOLLON a respeito dos problemas no uso das áreas de proteção, "hoje, a realidade do turismo natural está muito longe das intenções. A verdade é que mais se fala do que se faz, com o agravante de que uma boa parte do pouco que se faz está mal focado. Disto resulta que, até o momento, o turismo natural pode ser qualificado como uma oportunidade mal aproveitada. Os erros principais se devem à falta de adequação dos planos turísticos aos planos de manejo das áreas naturais. Os planos de manejo foram produzidos sem levar-se em conta o uso turístico, ou a partir de avaliação mal feita da atividade turística. Assim, tornou-se muitas vezes mais cômodo proibir o

uso turístico de certas áreas do que fazer o controle. E o que acaba ocorrendo é o mal aproveitamento das potencialidades turísticas desses sítios" (1997, p.47).

De outro lado, em muitos países o planejamento territorial do turismo ainda é marcado por iniciativas compartimentadas e por uma política não integrada a outras estratégias de desenvolvimento regional e/ou local e à preservação ambiental. Isto é o que ocorre na maior parte das políticas de turismo implementadas nos países latino-americanos, em particular no Brasil, onde os projetos de exploração de locais turísticos já existentes ou potenciais são concebidos de uma maneira compartimentada, não vinculados a uma estratégia de planejamento global.

Com relação à exigência de se formular uma política integrada de desenvolvimento do turismo, é interessante a colocação de RODRIGUES, para quem "a análise dos impactos, tanto positivos quanto negativos, do turismo tem revelado a necessidade de estabelecer critérios globais e multidimensionais nas políticas de turismo em diversas escalas. Assim será possível captar as implicações econômicas, sociais, ambientais e culturais do turismo no processo de planejamento, gestão e monitoramento dos novos projetos e da reestruturação de áreas afetadas com a finalidade de recuperá-las. Somente uma política integrada de turismo poderá garantir a compatibilidade entre desenvolvimento turístico e proteção do meio ambiente" (1997, p.99).

Na verdade, devemos aceitar o fato de que a atividade turística não está isenta de causar impactos negativos no meio natural, social e cultural dos lugares onde ela ocorre. Assim como a indústria do turismo não é um modelo de "indústria clean", como querem aqueles com uma visão empresarial mais ecologizada. Entretanto, a indústria do turismo precisa aprender a não matar a sua galinha dos ovos de ouro, para usar uma expressão popular. Ela tem de se conscientizar da importância de preservar os locais que atraem turistas. Aliás, segundo pesquisas recentes de institutos especializados em *marketing* e propaganda do setor de turismo, e da própria OMT, a demanda turística que mais cresce é a do turismo natural, também chamado de ecoturismo. Uma modalidade turística com uma matiz mais verde e com uma clara orientação para a revalorização da natureza.

ECOTURISMO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável com base na atividade turística é uma perspectiva que pode ser viabilizada tanto no nível regional, quanto local. É isso que sugerem estudos recentes ao enfatizarem a importância de modalidades de turismo como o ecoturismo,¹⁰ o turismo rural e o turismo de aventura. No caso do ecoturismo, especificamente, há um interesse crescente por parte de governos nacionais e locais, do *trade* turístico especializado na comercialização do setor, de organizações não-governamentais e de conservacionistas. Todos estes segmentos da sociedade concordam em um ponto, ou seja, há um enorme potencial econômico e conservacionista do ecoturismo que deve ser explorado por países e regiões que dispõem de recursos naturais e/ou culturais em abundância. Esses recursos representam, em termos econômicos, uma forte vantagem comparativa para tais países e podem, portanto, possibilitar sua inserção no competitivo mercado internacional de viagens e turismo.

Como observa CATER ao tratar do ecoturismo enquanto uma opção de desenvolvimento para certos países e regiões, "o mundo menos desenvolvido tem uma vantagem comparativa inegável em termos de variedade e extensão de ambientes naturais não explorados. São ambientes que incluem desde as florestas tropicais até os campos de savana e as praias de recifes e corais. Além disso, destacam-se as atrações paisagísticas que incluem cachoeiras e altas montanhas e, some-se a isto, o fato de que esses países oferecem a possibilidade de observar uma variedade singular de flora e fauna em seu *habitat* original. O ecoturismo oferece às empresas turísticas e áreas de destino a oportunidade de adquirirem capital a partir dessas vantagens comparativas" (1994, p. 69).

De fato, conforme já tratamos no item anterior, a tendência de crescimento do turismo sustentável é uma realidade e tudo leva a crer que o ecoturismo será a principal modalidade, pois além de ser visto como uma importante atividade econômica e de conservação ambiental, pode ser considerado também um instrumento de planejamento estraté-

¹⁰ São muitos os estudos que abordam a importância adquirida pelo ecoturismo a partir do começo dos anos 90. Entre os mais destacados merece referência o estudo pioneiro de Elizabeth Boo (1990), intitulado *Ecotourism: The Potentials and Pitfalls*, patrocinado pela World Wildlife Fund (WWF). Foi um dos primeiros estudos a fazer um tratamento sério e bem detalhado sobre o potencial e os riscos ambientais do ecoturismo, assim como a apresentar suas vantagens econômicas e seus benefícios para a conservação ambiental e para a melhoria das condições de vida de comunidades locais, em países da América Latina, África e Ásia.

gico de novo tipo para países e regiões generosamente abastecidos de belezas naturais, tal como é o caso do Brasil. Tanto isto é verdade, que países na América Latina (Belize, Costa Rica, Venezuela, Equador e outros) na África (Kênia, Zaire, e outros) e na Ásia (Nepal, China, e outros) já exploram a crescente demanda pelo ecoturismo, especialmente em nível internacional. Segundo alguns indicadores econômicos da OMT, o ecoturismo já representa quase 10% do mercado turístico total. "Falta definir o que se entende por ecoturismo", assinalou Peter SHAKLEFORD, da OMT, "mas uma coisa é certa: os turistas estão cada vez mais conscientes no que se refere ao meio ambiente e caminhamos para um turismo mais sustentável. Esta é uma tendência de caráter geral dentro da atividade turística" (1995).

Palavra cunhada por CEBALLOS-LASCURAIN¹¹ no início da década de 80, o ecoturismo pretende-se "ecologicamente correto". Na definição de WESTERN, "hoje mais visitantes estão conscientes do dano ecológico que podem provocar, do valor da vida natural e dos interesses das populações locais. Excursões especializadas – safáris de aves, competições esportivas em regiões naturais, caminhadas pela natureza e outros – são cada vez mais comuns. Esse grupo de atividades com crescente demanda constitui o que chamamos de ecoturismo. Mas ecoturismo é muito mais do que um grupo de amantes da natureza, é uma viagem responsável a áreas naturais visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar das populações locais" (1995, p.17).

Portanto, diferentemente do turismo tradicional ou de massas, o ecoturismo pode ser compreendido também como um turismo "natural-orientado", que deve propiciar não apenas o contato com o meio ambiente dos locais visitados, mas a promoção da educação/preservação ambiental e a exploração econômica racional dos recursos naturais/culturais, gerando renda, empregos e benefícios para as populações locais. Em outras palavras, o ecoturismo objetiva:

¹¹ Ceballos Lascurain define o ecoturismo como "aquele que se dedica a viagens a áreas naturais não perturbadas e não contaminadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e gozar a paisagem, suas plantas, animais selvagens, assim como as culturas passadas ou presentes que possam ter existido ou existir nessas áreas. Em outros termos, é o turismo natural-orientado implicando uma abordagem científica, estética ou filosófica da viagem, embora o turista ecológico não precise ser um profissional cientista, artista ou filósofo. O ponto principal é que as pessoas que praticam o ecoturismo têm a oportunidade de estar imersas na natureza e na sua própria natureza de uma maneira não disponível no meio ambiente urbano" (in: BOO, 1990). Como se vê, é uma definição que descarta outros tipos de turismo, como o turismo de aventura e o turismo rural.

- promover e desenvolver a atividade turística em bases cultural e ecologicamente sustentáveis;
- incrementar e incentivar investimentos voltados para a conservação dos recursos naturais/culturais utilizados;
- viabilizar a participação das comunidades locais no processo de gestão territorial do turismo, através do planejamento integrado e participativo;
- fazer com que a exploração dos recursos turísticos atuais ou potenciais beneficie materialmente as comunidades envolvidas, através da geração de rendas, empregos e outros benefícios econômicos e sociais;
- ser comercializado de acordo com o código de conduta ecológica da AIEST¹² e operado obedecendo critérios técnicos de mínimo impacto, respeitando-se a capacidade de carga dos ecossistemas e os limites de uso propostos;
- promover a educação e a motivação das pessoas no sentido de valorizar a natureza e a cultura enquanto patrimônio comum a ser preservado e protegido.

Para cumprir esses objetivos, a implementação de qualquer projeto voltado à exploração do ecoturismo precisa, entretanto, estar apoiada em uma estratégia de planejamento territorial integrado. No caso do ecoturismo, destaca-se a dimensão ambiental, visto que ela constitui o elemento fundamental para promover o desenvolvimento desta atividade. Afinal, como assinala FLOOD, "o ecoturismo pode ser uma contradição em si mesmo. Quando se expande demasiadamente e de modo desordenado, ele põe em perigo o entorno que constitui a própria base de sua sustentação, isto é, o ambiente que lhe serve de atrativo" (1994).

Na realidade, o ecoturismo, a despeito da crescente ênfase na conservação e no desenvolvimento, ainda está em estágio experimental. Nesse sentido, deve-se estar atento para os riscos que ele possa oferecer. A adoção do planejamento territorial integrado, econômico-ambiental-social, não garante que um projeto seja perfeito mas pode evitar problemas futuros. O planejamento integrado lida com a dimensão geográfica e a socioeconômica-ambiental, interrelacionadas em subespaços e/ou subáreas e apresenta, portanto, um caráter mais concreto que qualquer tipo de planejamento parcial ou setorial, uma vez

¹² A Associação Internacional de Experts Científicos em Turismo (AIEST) defende que se adote um programa para ser aplicado por governos, organizações não-governamentais, empresas de turismo, comunidades e turistas no que se refere à prática do ecoturismo, pois, segundo essa instituição, mesmo o ecoturismo oferece cada vez mais riscos ao meio ambiente.

que, ao mesmo tempo em que faz o levantamento das potencialidades turísticas regionais ou locais, permite que se faça a identificação das demandas sociais e das exigências com relação à preservação/conservação ambiental, assim como a avaliação das vantagens econômicas.

Uma proposta interessante para viabilizar a gestão integrada do ecoturismo é oferecida por BOYD e BUTLER (1997) ao proporem o ECOS (Ecotourism Opportunity Spectrum). O ECOS consiste em oito fatores considerados básicos para o incremento do ecoturismo em uma determinada área, a saber:

1. a acessibilidade à área;
2. a compatibilidade entre o uso ecoturístico dos recursos naturais e outros usos (agricultura, pesca, extrativismo, e outros);
3. os atrativos turísticos da região onde está localizada a área;
4. a disponibilidade de infraestrutura destinada ao uso ecoturístico (pousadas, lodges, campings, e outros);
5. a qualidade da experiência do turista e o conhecimento necessário ao visitar a área;
6. o nível de interação social entre o turista e a comunidade local;
7. o controle e o monitoramento dos impactos que o ecoturismo vai provocar no meio natural/cultural;
8. a gestão da atividade ecoturística tendo como parâmetro a participação local e visando a distribuição dos benefícios econômicos para a comunidade e para a conservação ambiental a longo prazo.

Em suma, uma coisa está certa: é preciso superar o modelo de planejamento turístico setorial, compartimentado, concebido como um instrumento a ser imposto de "cima para baixo". É preciso avançar para a consolidação de um planejamento integrado, mais participativo e qualitativo, que assuma de uma vez por todas os princípios da sustentabilidade. Em muitos países o ecoturismo já vem sendo tratado numa perspectiva sustentável, com seriedade política e com alto nível técnico-profissional, com avaliação constante de seus impactos positivos e negativos, desenvolvimento de metodologias mais eficientes quanto à sua aplicação no que se refere aos benefícios efetivos na conservação ambiental, geração de rendas para as comunidades locais, ampliação de negócios para o setor, enfim, como um vetor de desenvolvimento regional e local.

CONCLUSÃO: PROBLEMAS E OPORTUNIDADES DO TURISMO NO BRASIL

Como já enfatizamos antes, é uma realidade a expansão mundial do turismo em termos de demanda, movimento de recursos econômicos, de negócios, de geração de divisas e empregos, enfim, sua importância econômica. O Brasil, no entanto, passou à larga dessa explosão do turismo mundial, apesar das vantagens comparativas em relação ao setor (recursos naturais e culturais em abundância) e do grande potencial a ser explorado. Nos últimos anos, o turismo no país andou na contramão, reflexo do resultado de políticas turísticas inconsistentes e mal planejadas por parte dos governos em nível nacional e regional. Reflexo também da falta de competitividade dos produtos turísticos no mercado internacional, e até mesmo no mercado interno, decorrentes de fatores como: preços altos e nem sempre de boa qualidade da infra-estrutura e dos serviços prestados; profissionais desqualificados atuando no setor; venda de uma imagem distorcida do país. Em suma, a falta de vantagens competitivas para a atividade turística.

Obviamente que outros problemas têm contribuído para o marasmo no setor, como a falta de acesso de grande parcela da população ao consumo turístico, a violência e outros. Só por causa da violência, por exemplo, o turismo brasileiro perde todo ano mais de US\$ 10 bilhões, segundo pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (*O Estado de São Paulo*, 26/04/98, p.08). De acordo com a EMBRATUR, na década de 80 apenas 0,6% do movimento de turistas internacionais destinou-se ao Brasil e no começo da década de 90 esse percentual baixou, chegando a 0,3%, voltando a ter uma melhora em 1996/97, onde atingiu quase 0,5%. Essa participação do Brasil no turismo internacional pode ser observada na tabela 3 e no gráfico 3. A tabela 4 e o gráfico 4 mostram a origem dos turistas internacionais que visitam o Brasil.

Tabela 3 – Número de chegadas do turismo internacional no Brasil

Ano	Nº de turistas internacionais para o Brasil (em milhões)
1989	1405
1990	1100
1991	1190
1992	1480
1993	1650
1996	1900
1997	2000

Fonte: Embratur, 1996

Gráfico 3 – Nº de chegadas do turismo internacional no Brasil (em milhões)

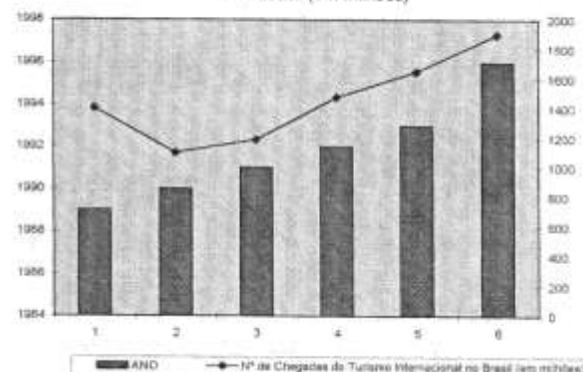


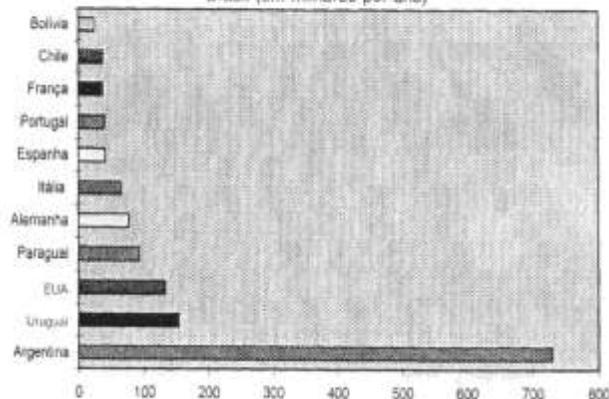
Tabela 4 - Número de turistas estrangeiros

País de Origem	Nº de Turistas Estrangeiros
Argentina	730
Uruguai	154
EUA	133
Paraguai	93
Alemanha	77
Itália	65
Espanha	41
Portugal	40
Frância	38
China	38
Bolívia	24

Fonte: EMBRATUR, 1997

A despeito da pouca participação nos fluxos do turismo internacional, ou seja, em torno de 2 milhões de visitantes em 1997, segundo dados da EMBRATUR, o Brasil possui um mercado potencial que pode atrair mais visitantes dos países sul-americanos (particularmente com o processo de integração regional através do Mercosul), dos países europeus e dos EUA. Aliás, como pode ser visto no gráfico acima, são dessas regiões que vêm os turistas, principalmente dos países do Cone Sul, como Argentina e Uruguai. Entretanto, nada se compara ao po-

Gráfico 4 - Origem dos turistas que visitam o Brasil (em milhares por ano)



Fonte: Embratur, 1997

tencial do próprio mercado turístico interno brasileiro. Estudos da EMBRATUR de 1996 dão conta que o Brasil possui um movimento anual que ultrapassa a taxa dos 12 milhões de pessoas viajando pelo país, sem contar as centenas de milhares de brasileiros que viajam todo ano para o exterior. No ano de 1996 mais de 4 milhões de brasileiros saíram do país para fazer turismo (EMBRATUR, 1996). Infelizmente, até no setor turístico apresentamos déficit na balança comercial.

O que falta, então, para o Brasil melhorar o seu índice de participação no bolo do turismo internacional e expandir seu turismo doméstico? Dentre as ações que deve-se levar a cabo, julgamos que algumas devem ser prioritárias, a saber: a profissionalização do setor através da capacitação de mão-de-obra, a melhoria na qualidade dos serviços turísticos, a instauração da competitividade nos serviços e produtos turísticos ofertados (passagens aéreas, diária dos hotéis, pacotes etc.), a criação de novas infra-estruturas visando atender todo tipo de clientela, o combate à violência urbana, a exploração das vocações regionais e locais através do incremento do turismo do tipo "alternativo" (ecoturismo, turismo rural, turismo ambiental e outros) e a adoção de uma estratégia de planejamento econômico-social-ambiental na atividade turística de maneira integrada com outras atividades econômicas, seja no nível nacional, seja no nível regional e local. Por fim, é preciso pôr

em ação uma política de turismo ajustada aos objetivos estratégicos do desenvolvimento do país como um todo.

Apesar de todas as diferenças sociais e econômicas que se possa destacar para justificar tamanho atraso que temos em relação aos países que dominam o turismo internacional, não devemos desprezar nossas vantagens comparativas e as potencialidades turísticas do Brasil. Afinal de contas, se confirmadas as tendências de expansão do turismo mundial, que direciona sua competitividade cada vez mais para aqueles nichos de mercado onde estão situadas nossas vantagens comparativas, ou seja, a disponibilidade de recursos naturais diversificados e as belezas cênicas do espaço brasileiro, devemos então adotar uma estratégia de valorização dessas vantagens comparativas, transformando-as em vantagens competitivas.

O Brasil terá que desenvolver sua própria metodologia de incremento e gestão da atividade turística, considerando suas peculiaridades e tomando a iniciativa de definir seus critérios e padrões de exploração. De imediato, cabe destacar o forte apelo ao ecoturismo, cujo desenvolvimento tem como apoio as indiscutíveis potencialidades que o país possui. A grande diversidade de ecossistemas naturais em que se destacam a Amazônia, o Pantanal, a Mata Atlântica, o Cerrado, as áreas de Campos e o Litoral já está atraindo uma demanda turística nacional e internacional significativa, assim como a operação de roteiros ecológicos já vem sendo realizada por agências especializadas.

Por outro lado, o próprio governo em nível federal, com a participação de governos estaduais e municipais, apresentou há poucos anos algumas medidas em prol do setor turístico através da proposição de vários programas, dentre os quais chamamos a atenção para a *Política Nacional de Turismo - Diretrizes e Programas* (MCT/EMBRATUR, 1995), as *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* (EMBRATUR, 1994) e o *Programa Nacional de Municipalização do Turismo* (EMBRATUR, 1996). Com relação à *Política Nacional de Ecoturismo*, que nos interessa mais diretamente aqui, ao nosso ver é um esforço válido no sentido de promover uma atividade econômica que pode se desenvolver em bases sustentáveis. Todavia, espera-se que não fique apenas no papel e no discurso político como já ocorreu com vários planos e programas propostos em governos anteriores e que não sejam distorcidos em seus objetivos e metas para atender interesses imediatos e estritamente econômicos, pois se isso ocorrer, serão desperdiçadas novas oportunidades representadas pelo turismo enquanto uma atividade que possa efetivamente contribuir para instaurar um novo modelo de desenvolvimento regional, mais equilibrado, mais sustentável e socialmente mais justo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCHER, F. *Tourisme, Sociétés Transnationales et Identités Culturelles*. Ed. de UNESCO, 1984.
- BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1997.
- BERRIANE, M. *Le Tourisme National au Maroc*. *Annales de Géographie* Paris, 1993.
- BOULLÓN, R. *Ecoturismo: Intenciones y Acciones*. In: *Turismo e Ambiente*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- BOO, E. *Ecotourism: The Potentials and Pitfalls*. v. 1. Washington, D.C. WWF, 1990.
- BOYD, S.; BUTLER, R. *Managing Ecotourism: an opportunity spectrum approach*. *Tourism management*, v. 17, n. 8, p. 557-566, 1996.
- CATER, E. *Ecotourism: A Sustainable Option?* Royal Geographical Society, 1994.
- CAVACO, C. *Turismo Rural e Desenvolvimento Local*. *Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- CAZES, G. *Les Nouvelles Colonies de Vacances. Le tourisme International à Conquete du Tiers Monde*. Col. Tourisme et Sociétés. Paris: L'Harmattan, 1989.
- _____. *Turismo e Subdesenvolvimento. Tendências Recentes*. In: *Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- CEBALLOS-LASCURAIN, H. *Tourism Naturel-Orientd*. In: *Ecotourism: The Potentials and Pitfalls*. v. 1. Washington, D.C. WWF, 1990.
- COSTA, W. M. da. *As Possibilidades do Planejamento Ambiental no Brasil*. In: *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- DOLFFUS, O. *Mondialization, Competitivités, Territoires et Marchés*. *L'Espace Géographique*, n. 3, p. 270-280, 1995.
- EMBRATUR. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. MICT, Brasília, 1994.
- _____. *Política Nacional de Turismo. Diretrizes e Programas*. MICT, Brasília, 1996.
- FLOOK, A. In: *Turismo y Naturaleza: fantasia o realidad*. Fuentes UNESCO, n. 55, febrero. Madrid, 1994.
- GÓMEZ, A.L. *La Evolución Internacional de La Geografía del Ocio*. Barcelona: Ed. Antropos, 1988.
- JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 26 abr. 1998, p. 6, 1998.
- KRIPPENDORF, J. *Les Dévoreurs de Paysage*. Lausanne; 24 heures, Paris, 1977.
- LINDBERG, K.; HAUWKINS, D. *Ecoturismo. Um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: Ed. do SENAC, p. 14-22, 1995.
- MATHIESON, HALL, (1982). *Tourism. Economic, Physical and Social Impacts*. New York: Ed. Longman.

- _____. *Turismo e Espaço*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- RUSCHMANN, D. *Turismo e Planejamento Sustentável*. São Paulo: Papirus Ed., 1997.
- SACHS, I. *Quelles Régulations pour un Développement Durable*. *Revue Ecologie et Politique*, Paris, n. 15, p. 13-22, 1995.
- SILVEIRA, M. *Planejamento Territorial e Dinâmica Local. Bases para o Turismo Sustentável*. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- SOUZA, M.L. de. *Algumas Notas sobre Importância do Espaço para o Desenvolvimento Social*. *Revista Território*, ano II, n. 3, jul./dez., p. 13-35, 1997.
- SHAKLEFORD, P. In: *Turismo y Naturaleza: fantasia o realidad*. Fuentes UNESCO, n. 55, febrero. Madrid, 1994.
- VIOLA, E.; FERREIRA, L. *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1996.
- WESTERN, D. *Definindo o Ecoturismo*. In: *Ecoturismo. Um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: Ed. do SENAC, p. 14-22, 1995.
- WHELAN, T. *Nature Tourism, Managing for the environment*. Washington. D.C.: Island Press, 1991.